

BAIXADA

Pobre, atrevido, independente — 15 de Junho de 1979 — Nº 2



Trama diabólica sonho da casa própria vira um pesadelo

páginas 4 e 5

Chico Bé denuncia: Ishibrás demite quem reclama

última página

QUEREMOS MAIS

O ano de 1979 tem sido marcado pelo surgimento de greves de quase todas as categorias profissionais, praticamente em todo o país. Essas mobilizações começaram já em fins de 78, e cabe a pergunta: por que tantas greves?

Os governos militares de 64 para cá, e as forças que os sustentam no poder, impuseram às classes trabalhadoras o regime do silêncio. Adoçaram a boca de setores de classe média com salários altos e a propaganda do país de grande potência, enquanto a grande massa de assalariados teve que apertar mais ainda o cinto, e fazer o "milagre" de se manter vivo. Não resta dúvida que a causa primeira das greves são os baixos salários em contraposição ao alto custo de vida.

É verdade que nos anos passados os salários também eram

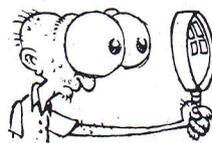
baixos, em relação ao alto custo de vida e as greves não existiam.

Mas o povo não tem mais condições de continuar a fazer "milagre" como antigamente. Outro fator importante é o clima político de tolerância para estas reivindicações. Tolerância que não quer dizer abertura porque, de fato, pelo menos até agora, continuam em vigor as leis restritivas à livre manifestação e organização da classe trabalhadora.

Por que esta tolerância?

Além da impossibilidade de continuar fazendo milagres, o trabalhador está tomando consciência de que não constitui nenhum crime reivindicar os seus direitos. Sem medo.

A tolerância não é um presente dos homens no poder. É uma conquista. Ainda não basta. É preciso que existam leis garantindo nossos direitos, e muita disposição para defendê-los.



OLHO VIVO

O drama do velhinho Antonio

O senhor Antonio Miranda, morador do bairro Vasco, procurou há três meses o SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência), de Caxias, para se queixar de problemas da vista. Ele estava com a visão diminuindo, talvez por causa de seus 58 anos de idade. Não foi atendido no SAMDU e peregrinou pela Casa de Saúde Nossa Senhora Aparecida (onde permaneceu 22 dias), pela Casa de Saúde Santa Rita de Cássia (onde ficou 12 dias, até que seus parentes descobriram que a clínica não tinha oftalmologista. Tudo isso com guia de atendimento do SAMDU. O "seu" Antonio e seus parentes desistiram, e o paciente voltou para casa. Mas logo o problema se agravou. Eles tiveram que voltar ao SAMDU, que encaminhou o sr. Antonio Miranda para a Casa de Saúde Santa Inês. Lá ele ficou 23 dias aguardando o atendimento.

Para encurtar a história, os parentes do "seu" Antonio resolveram gastar o que não tinham e o levaram a um oftalmologista particular, cansado de correr atrás das casas de saúde que tem convênio com o INPS. O médico diagnosticou falta de visão por causa de diabete, havendo necessidade imediata de cirurgia. Final da história: "seu" Antonio está completamente cego.



AGORA ESCREVO EU

Oi, JoB. Gostei. Aqui na Baixada nós precisamos mesmo de um jornal que contasse as verdades daqui, que os grandes jornais têm medo de noticiar ou porque não é de seu interesse.

Tô com o Jornal da Baixada e não abro, mas vocês têm que tomar cuidado com algumas palavras, que saíram publicadas no primeiro número, pois o pessoal daqui não tem muita escola e nem dinheiro para comprar dicionário.

Não consegui também ler aquela notícia sobre os transportes. Achei as letras muito pequenas e não gosto de notícia grande como aquela.

Muito boa a entrevista com o metalúrgico, mas aquele título não tá com nada. Puxa, primeiro de

maio é dia de luta. Afinal somos nós que construímos as riquezas deste país e neste dia é que a gente discute tudo aquilo a que temos direito. Aliás, lutamos o ano inteiro, mas nesse dia, que é nosso, o grito é bem maior e muito mais forte.

Outra coisa é que eu achei poucas notícias de fábricas. Isto é importante, pois é dentro delas que a gente mais sofre. Vocês, que tem o Chico Bé, que como ele mesmo diz, está ali para sentar pau em pelego e patrão safoado, têm que dar mais notícia das fábricas.

Eu e meus amigos já estamos esperando o segundo número, e brevemente mandaremos notícias de nossas fábricas. Um abração. (ass). Walter. Vila Rosali.

Lá embaixo



Remendando a lei

Vem aí modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É outro produto da elaboração dos advogados do governo — yale dizer, dos patrões que não consultaram os trabalhadores para saber o que é preciso mudar na legislação. As modificações que vierem, portanto, não vão representar

o pensamento e as reivindicações dos trabalhadores, já que apenas remendam a lei velha. O pensamento dos trabalhadores sobre o assunto, não considerado pelo governo, é o que se esboçou nas manifestações do 1º de maio em todo o país, nas reivindicações unitárias, principalmente a autonomia sindical e o direito de greve.

Terra, terra, terra, e vaia no Delfim

A luta pela Reforma Agrária ampla, maciça e imediata pela autonomia sindical, pela criação de uma central única de trabalhadores e por uma política agrícola que beneficie os camponeses — esses foram os pontos aprovados no III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, que se reuniu em Brasília, de 21 a 25 de maio passado.

O congresso foi convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura de todos os Estados e pelos Sindicatos de Trabalhadores

Rurais de mais de 2.500 municípios de todo o país. Os trabalhadores rurais da Baixada Fluminense estiveram representados por Geneci Ferreira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu.

A reunião de mais de 1.500 delegados, vindos de todo o Brasil, permitiu aos camponeses fazer um balanço das lutas necessárias para melhorar suas condições de vida e conseguir a Reforma Agrária, sua principal reivindicação. Outro ponto alto do congresso foi a vaia dos trabalhadores ao Ministro Delfim Neto, da Agricultura. O ministro foi ao Congresso

e foi recebido com o Hino da Reforma Agrária e gritos de terra! terra! terra!

Um aspecto importante da discussão dos camponeses foi o da vinculação do movimento sindical rural com o urbano. A CONTAG foi a única confederação que se solidarizou com a greve dos metalúrgicos do ABC e todos os participantes da reunião concordaram: tanto os objetivos comuns de liberdade de organização sindical e da anistia ampla e irrestrita, como também os objetivos particulares dos trabalhadores do campo, como a Reforma Agrária, só podem ser alcançados através do apoio recíproco.

OLHO VIVO



EDITORA

Jornal da Baixada
Uma publicação da Olho Vivo Editora.
Rua Belkis, 108 - fundos - C. da Recha
- S. J. de Meriti
Tiragem: 5.000 exemplares
Editor: Alceu Nogueira da Gama
Diagramação: Caco Appel
Ilustrações: Cláudio Paiva
Fotos: Agência "Repórter" e Foto JoB
Capa: Desenho de Cláudio Paiva
Colaboradores: Demasi e Pimentel
Composto e impresso na Editora Mory
Rua do Rezende 65/67 - RJ.

Use este exemplo no texto

João Carlos de Araújo Santos — ou Negão — é o Secretário do Sindicato dos Petroquímicos — SindiQuímica, em Duque de Caxias. Nascido no Rio, há 35 anos, João Carlos, desde 1966 participa das lutas da SindiQuímica. Nessa entrevista, ele fala do salário unitário, das experiências aprendidas com as greves do ABC e da importância das liberdades democráticas para as lutas da classe operária.

JOB — O salário mínimo unitário e a garantia no emprego são duas bandeiras fundamentais no movimento sindical hoje. Por quê?

JC — Pelo próprio sentido da unidade. A unidade é construída não só com os sindicatos mais avançados, mas tem que abrir espaço para a participação dos mais atrasados. E essas duas bandeiras, não há quem vá recusar. Além disso, no Norte e Nordeste, o custo de vida é muito alto e os salários são mais baixos do que nos grandes centros industriais. Com essa bandeira a gente pensa atrair os companheiros dessas regiões pra essas lutas que são comuns à classe operária.

Lições do ABC

JOB — João Carlos, até que ponto a experiência da greve do ABCD é também uma experiência para os trabalhadores do Rio?

JC — Os problemas da classe operária são comuns e não acompanham a diferenciação que faz a CLT. A gente já compreende que o que está acontecendo em São Paulo é o mesmo problema que está ocorrendo aqui, com várias categorias, não só a dos metalúrgicos. Quer dizer, os patrões realmente são iguais, sejam eles donos de fábricas de automóveis, de indústria química, de bancos, os patrões têm sempre a mesma mentalidade, o mesmo objetivo e a mesma maneira de agir. Por isso, o que ocorre em São Bernardo, as experiências das lutas deles já podem ser repassadas para todo o conjunto dos trabalhadores.

JOB — Concretamente, qual a experiência nova que você destaca a partir dessa greve do ABC?

JC — O fato que ficou marcado é que, por exemplo, a gente inicia uma negociação para revidicar, vamos dizer, 65% de aumento. Aí surge um impasse e geralmente o impasse, como a experiência já demonstrou, vem da intransigência dos patrões que nunca querem abandonar um pouco dos seus lucros para sanar os prejuízos que a gente está sofrendo enquanto classe trabalhadora. Então, quando devido à intransigência deles a classe operária passa para uma greve porque não existe mais condições de acordo, o que ocorre é que você fica parado 2, 3 ou 10 dias, ou mais.

JOB — E nisso aí como é que fica a liberdade e a autonomia sindical?

JC — Bom. Claramente, isso mostrou que é realmente balela a falada liberdade e autonomia sindical. São letras mortas. Parece até ironia, mas outro dia eu estava lendo que o Macedo — ministro do trabalho — disse que na nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) vai se respeitar os acordos assinados com a OIT (Organização Internacional do trabalho). Um dos artigos da convenção '84 é justamente a liberdade e autonomia sindical. Mas embora ela esteja também na nossa constituição, nunca foi respeitada. E isso também mostra que a gente deve integrar o conjunto de lutas que hoje move a sociedade. A sociedade hoje clama por liberdades democráticas. E a gente já percebe que a liberdade e autonomia sindical fazem parte das liberdades democráticas.



João Carlos:

A greve do ABC nos ensinou muita coisa.

ainda mais outra reivindicação que é a reintegração imediata dos companheiros retirados espúriamente dos sindicatos.

As liberdades democráticas e a classe trabalhadora

JOB — E nisso aí como é que fica a liberdade e a autonomia sindical?

JC — Bom. Claramente, isso mostrou que é realmente balela a falada liberdade e autonomia sindical. São letras mortas. Parece até ironia, mas outro dia eu estava lendo que o Macedo — ministro do trabalho — disse que na nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) vai se respeitar os acordos assinados com a OIT (Organização Internacional do trabalho). Um dos artigos da convenção '84 é justamente a liberdade e autonomia sindical. Mas embora ela esteja também na nossa constituição, nunca foi respeitada. E isso também mostra que a gente deve integrar o conjunto de lutas que hoje move a sociedade. A sociedade hoje clama por liberdades democráticas. E a gente já percebe que a liberdade e autonomia sindical fazem parte das liberdades democráticas.

JOB — Aí se coloca a questão da liberdade de organização do povo em geral e, particularmente, da classe trabalhadora. Até que ponto existe essa liberdade?

JC — Basta dizer o seguinte: à classe operária não é permitido se organizar livremente nem em seus sindicatos. Porque existe o perigo da intervenção e mesmo antes — como está ocorrendo aí — quando se concorrem às eleições eles podem impugnar você, alegando corrupção ou motivos políticos. Só que nunca provam isso. A experiência que a gente tem dentro do sindicato é que — de um jeito ou de outro — eles sempre intervêm no processo eleitoral.

A delegacia ou o Ministério do Trabalho, num governo essencialmente democrático, deveria ser, vamos dizer, um mediador entre as classes que estão em oposição, por exemplo, a classe patronal e a classe operária. Mas o que a gente observa é que o Ministério do Trabalho várias vezes toma acintosamente o lado dos patrões, da classe patronal. Fica então bastante claro pra gente que o caráter desse governo é muito mais patronal, muito mesmo, e não está visando os interesses da classe trabalhadora. Já que nas questões pendentes, ele sempre

toma o lado dos patrões. E isso mostra também claramente que eles não estão interessados na organização da classe trabalhadora. Toda vez que a gente está começando a se organizar para reivindicar alguma coisa já estamos sob suspeição. Em 77, por exemplo, os patrões tiveram a liberdade de se organizarem em um congresso de patrões de vários setores da indústria, do comércio, etc. Fizeram um congresso geral, a Conclap. Mas quando a gente fala em fazer uma reunião de trabalhadores de várias categorias, vem o Murilo Macedo falar que é proibido na lei. Fica claro que a proibição em lei só existe pra classe trabalhadora.

JOB — Nesse sentido, parece que fica cada vez mais claro também que as reivindicações da classe trabalhadora são limitadas pelas leis em vigor. Percebendo isso, existe alguma reivindicação dentro do movimento sindical para contestar essas leis, propor modificações na legislação?

JC — Se dentro do país existem leis que restringem as liberdades democráticas, você não está indo realmente de encontro a lei, quando está lutando pelas liberdades democráticas. Porque se o regime é tido como democrático, e a lei restringe a liber-

dade democrática, seja a liberdade de reunião, de greve, liberdade sindical, tudo isso, então essa lei é que não é legal. Agora, a gente está fazendo isso de forma ordenada ainda. E aí está a questão da unidade. Eu acho que primeiro se vai construir dentro dos sindicatos a unidade em cima das questões sindicais: é uma etapa. Para chegar, inclusive, a puxar os sindicatos das categorias que estão mais atrasadas e, partindo daí, trabalhar junto com esses companheiros para que eles também entendam que se a gente não integrar uma luta por liberdades maiores, a gente não vai conseguir a nossa. Que a nossa liberdade é que é fundamental. Porque como o clamor está sendo muito grande, setores da classe média conseguem — como já estão conseguindo — muitas das suas reivindicações em termos sociais. E enquanto isso a classe operária continua no buraco.

JOB — Quer dizer, a questão seria trazer a discussão desses problemas para dentro da categoria.

JC — Quer vem um exemplo gritante? É a questão da anistia. A anistia hoje movimentou amplos setores da classe média. Não movimentou setores da classe operária. Mas a classe operária não consegue ainda perceber que a anistia interessa principalmente à classe operária. As primeiras cacetadas da Redentora — o golpe de 64 — foram justamente na classe trabalhadora: os primeiros AI-1, AI-2, AI-3 cassaram as lideranças sindicais. É uma listagem enorme de caras demitidos, com uma mão na frente e outra atrás. Jogados na rua mesmo, sem direito à indenização, nem paga. Então, isso interessa à gente de perto. No entanto, quando se fala em anistia, o que é que se divulga? Não que seja errado, mas os jornais divulgam muito mais o lado dos setores da classe média. Falam em anistia e o négo liga logo com um Brizola, um Márcio Moreira Alves. É isso que se discute aí. E se fala muito no pessoal que está fora, vivendo no exterior, quando a classe operária não teve nem condições de cair fora. A maioria ficou é aqui mesmo, no sufoco. Então, eu vejo que se a gente colocar por esse lado, encontra adesão, porque aí o trabalhador consegue perceber porque aquela bandeira de luta interessa a ele. Enfim, a popularização da anistia passa por esse caminho.

Nota da Redação: O título da entrevista do Joaquim Arnaldo, no número passado, foi infeliz. Pedimos ajuda ao Chico Bé, que não estava nos seus melhores dias, e saiu tudo errado. Escrevemos que o Joaquim dissera — "Primeiro de maio é um truque para iludir trabalhador" — e não é nada disso. Quem leu a entrevista descobriu o erro. Quem só leu o título está pensando mal do Joaquim. O certo seria: "O governo sempre usou o primeiro de maio para iludir o trabalhador, fazendo festa, com jogos de futebol e tudo o mais." Perdão leitores, desculpe Joaquim.

O direito de morar e pagar um preço justo pela casa própria está impulsionando os moradores de onze conjuntos habitacionais de Nova Iguaçu a se organizarem e lutarem para impedir os despejos que ameaçam os moradores. Os conjuntos Santa Amélia, Lídia Maurício, Manoel João Gonçalves, Nova Califórnia, Botafogo, Monte Líbano, Grande Rio, Canetas Compacto, Esplanada, Rosa dos Ventos e Vila Iguaçuana, apoiados pela Associação dos Amigos de Bairros e pela Comissão de Justiça e Paz da diocese de Nova Iguaçu já conseguiram uma vitória: os despejos foram suspensos por ordem do BNH — Banco Nacional de Habitação.

Os moradores desses conjuntos — e de outros que ainda não se integraram ao movimento — são vítimas da política habitacional promovida pelo Banco Nacional de Habitação. A correção monetária e os reajustes dos saldos devedores transformam o desejo de casa própria numa armadilha que favorece as agências financeiras e as construtoras, aproveitando-se do dinheiro do FGTS — Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, dinheiro que pertence a todos os trabalhadores, para por em funcionamento um esquema que beneficia apenas os de melhor situação econômica.

Despejos promovem a união

O ponto de partida para a organização dos moradores dos conjuntos habitacionais foram os despejos anunciados para o final do ano passado, e começou deste ano. Uma boa quantidade de moradores se via ameaçada de perder as casas onde moravam porque houve atraso no pagamento das prestações, ou porque tinham "comprado as chaves" de antigos moradores que desistiram de continuar lutando contra o BNH.

Na maioria dos conjuntos a mobilização começou depois do despejo de algum morador, obrigando os demais a tomarem providências para evitar o despejo em massa, que chegou a acontecer em alguns casos. O fato é que a maioria dos moradores estava em situação considerada irregular pelo BNH, seja por estarem com prestações atrasadas, seja por terem "comprado a chave" de outro morador.

Essa situação existe, no

entanto, por causa do esquema de funcionamento do BNH, envolvendo os mutuários numa espiral interminável de aumento das prestações, que não é acompanhado pelo aumento dos salários. Como bem assinalou dona Maria Helena, do conjunto Nova Califórnia: "ninguém quer ter casa de graça, mas sim pagar um preço justo".

O esquema do BNH

Pagar um preço justo é impossível no esquema do BNH. Alguns exemplos mostram com clareza. A coisa funciona geralmente assim:

Algum especulador imobiliário, dono de um terreno, organizava um loteamento, construía as casas e vendia para o BNH, que por sua vez as repassava para uma financeira. Só aí já temos duas operações encarecendo o preço das casas. Em outros casos o construtor nem comprava o terreno, simplesmente arrendava. Por isso, em alguns conjuntos, o comprador tem que pagar a casa num lugar e o terreno em outro.

As financeiras passavam então a vender as casas pelo Sistema Financeiro de Habitação. Ele funciona assim: o preço inicial da casa, pagável em quinze anos, é estabelecido em "Unidades Padrões de Capital" (UPC). Isto é, a casa não tem preço fixo. O total é o resultado da multiplicação de tantas "UPC" quantas forem convencionadas.

Por exemplo, vamos supor que a prestação inicial de uma casa fosse de 2 UPC, e que cada UPC valesse, em 1970, Cr\$ 70,00. A prestação inicial seria, portanto, de Cr\$ 140,00. O preço da casa que aparecia no contrato era Cr\$ 140 vezes 12 (12 meses) vezes 15 (15 anos). Isto é, seria Cr\$ 25.200 cruzeiros. Acontece que o valor das UPC varia a cada três meses. Então, se no primeiro trimestre a UPC valia Cr\$ 70,00, no seguinte já podia estar valendo oitenta, o que por si só já aumentaria o preço da casa para Cr\$ 28.800,00. Depois de pagar Cr\$ 420 cruzeiros (três meses) de uma dívida de Cr\$ 25.200, o comprador da casa própria via sua dívida passar para Cr\$ 28.800, e as prestações para Cr\$ 160. Sem contar os juros, acumulados pela Tabela Price sobre o saldo devedor, que aumenta a cada três meses.

Este esquema diabólico foi montado com o dinheiro do trabalhador. Dinheiro do FGTS que fica nas mãos do

Despejos

Povo quer pagar, B

BNH exatamente sob o pretexto de ser usado para resolver o problema da habitação dos assalariados. O sistema só funciona para que as financeiras ganhem lucros gordos com as operações.

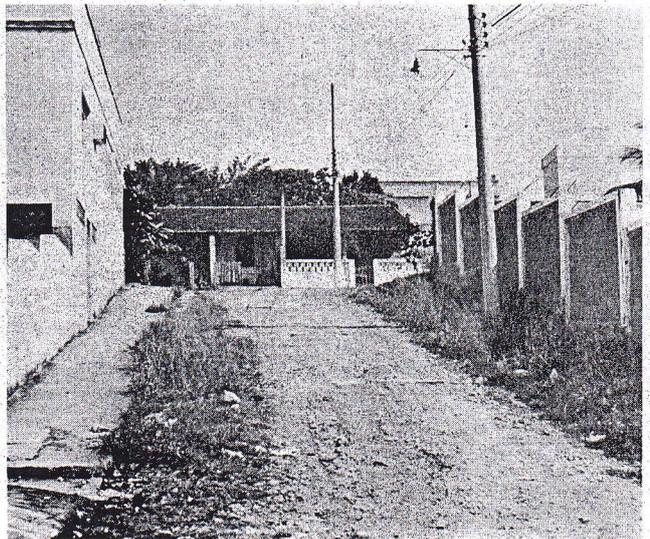
Irregularidades na construção

Além do esquema de venda ser de "assalto à mão desarmada", os moradores dos conjuntos tiveram ainda que enfrentar vários outros problemas.

Em primeiro lugar, a péssima qualidade do material empregado na construção e o mau serviço de acabamento. Conjuntos relativamente novos — pois não se pode dizer que uma casa com oito ou dez anos de construída seja velha — já estão quase em ruínas, com paredes cheias de rachaduras, infiltrações, curto-circuitos no sistema elétrico, canos podres e coisas assim. Isso quando não entregavam as casas com todas as dependências.

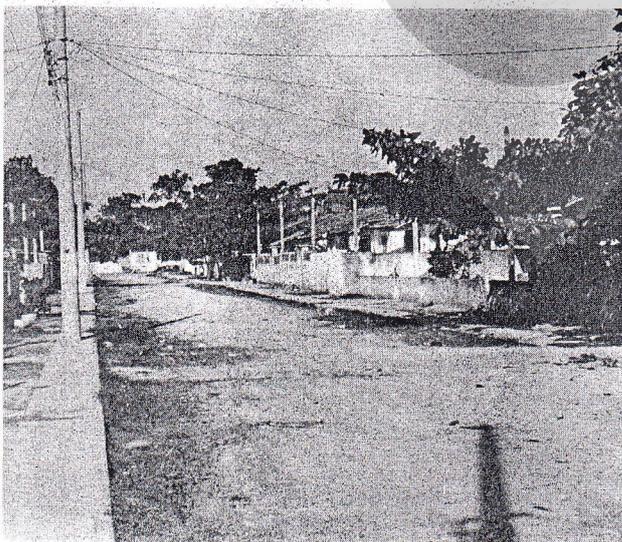
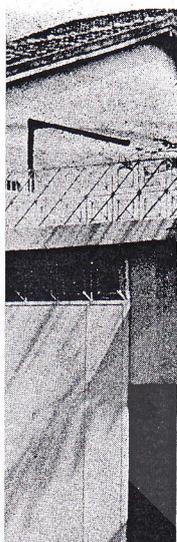
Nicola Graziano, da comissão do conjunto Santa Amélia dá um exemplo: "No contrato diz que a área de serviço era coberta. Aqui só tem área de serviço coberta quem mandou fazer o trabalho por sua conta, porque nenhuma casa do conjunto foi entregue como diz no contrato."

No conjunto Santa Amélia, Graziano mostra outros problemas comuns. "Oficialmente," diz ele, "as ruas são calçadas. Na verdade nenhuma das ruas aqui do Santa Amélia tem asfalto. É só poeira. Outro problema grave é que as financeiras não regularizaram a situação



na Baixada

Quem só quer explorar



junto a Prefeitura. Aqui não se paga imposto predial porque oficialmente isto aqui tem "habite-se" e não há nada construído. Isso é uma falha enorme das financeiras."

Compra de chaves

Pouco tempo depois de começarem a pagar as prestações, muitos moradores logo se deram conta de que não iam aguentar a despesa. Nessa época, entre 1970 e 1974, não havia nem como pensar em organizar-se para conseguir uma solução coletiva para o problema. Desta forma, duas espécies de soluções individuais foram tomadas. A primeira era simplesmente parar de pagar e se aguentar na casa até onde fosse possível. A segunda era "vender a chave" para outro candidato.

"Vender a chave" é dar a posse da casa em troca de uma quantia, que atualmente varia de dez e trinta mil cruzeiros, dependendo do conjunto e do estado da casa. Essa transferência é clandestina — isto é, feita sem o consentimento da financeira — e torna aquele que comprou a chave um "invasor".

A maioria dos que "venderam a chave" o fez de boafé, impossibilitado de pagar as prestações. Mas não deixou de haver espertinhos que tentaram receber ainda uma prestação do novo ocupante, fazendo-o acreditar que estava comprando "tudo certinho" com a financeira.

E para regularizar a situação de quem tinha "comprado a chave" as financeiras estavam fazendo exigências enormes: pagamento de toda a dívida anterior, de uma

vez, além da comprovação de renda familiar, etc.

Os despejos

Os despejos começaram a aumentar no final do ano passado. As financeiras agiram com violência, expulsando moradores de vários conjuntos. Esses despejos, porém, não resolvem o problema dos débitos atrasados. Ninguém pode sequer pensar em pagar o que as financeiras exigem em leilão para arrematar a casa.

Quando despejam um morador, as financeiras mandam homens, à noite, para tirar tudo o que pode ser aproveitado de dentro da casa: portas, janelas, pias, lavatórios e privadas. Eles também quebram os vidros e danificam o mais que podem às residências. O seguro paga o "prejuízo" da financeira e dessa forma esta garante que nenhum outro "invasor" ocupe o imóvel danificado. Isso acontece particularmente no conjunto Manoel Leão Gonçalves.

Depois dos primeiros despejos, os moradores começaram a se organizar para evitá-los. No Conjunto Nova Califórnia, por exemplo, foram despejadas dez famílias antes da organização da comissão de moradores. Depois que a comissão foi organizada, apenas uma moradora, dona Graziete, foi despejada. Já no Santa Amélia, os moradores observaram o que estava acontecendo nos outros bairros e se organizaram antes que a onda de despejos chegasse.

A forma que os moradores de alguns conjuntos acharam para se defender dos despejos é bem interessante. Na casa de algum morador que esteja em dia é colocada uma sirene, que é acionada tão logo os oficiais de justiça cheguem à casa de alguém para despejá-lo.

"Ninguém faz nenhuma violência", diz dona Maria Helena. Apenas entramos todos na casa, conversamos com os oficiais de justiça e com os guardas, sentamos nos móveis e impedimos que seja feita a remoção das coisas das pessoas. Uma vez, um guarda da Apex disse que se tivéssemos feito isso logo no começo, ninguém teria sido despejado."

Imprensa de fora

Quando os moradores dos conjuntos começaram a se organizar, receberam apoio da Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de

Nova Iguaçu e do Movimento Amigos de Bairros. No dia 7 de abril passado foi realizada uma grande reunião dos moradores dos conjuntos de Nova Iguaçu, no Centro de Moquetá, com a participação de mais de 200 pessoas dos diferentes conjuntos, de várias Associações de Amigos de Bairros, do Comitê Brasileiro de Anistia e dos deputados Francisco Amaral, Jorge Gama e Edson Khair.

Depois de ouvir os informes sobre a situação dos diversos conjuntos, a assembléia decidiu formar uma comissão de representantes, encarregada de preparar uma assembléia geral de todos os conjuntos e encaminhar as negociações com o BNH e com as financeiras.

Em reunião com funcionários do BNH, membros da comissão conseguiram uma primeira medida: os despejos foram suspensos. Dessa medida dez mil famílias foram beneficiadas a maioria das quais vivia ameaçada pela possibilidade de perder sua casa.

A comissão enfatiza sempre o direito que os moradores têm de conseguir comprar uma casa por um preço acessível, e propuseram ao BNH algumas alternativas. Entre essas medidas está a adoção de planos comunitários que prevejam as alternativas de pagamento de acordo as possibilidades dos moradores.

O BNH achou interessante as propostas levadas pela comissão e iniciou as negociações. Mas o BNH impôs uma condição: durante as negociações, a imprensa não deve ser informada do seu desenvolvimento. A comissão aceitou. É preciso deixar claro que o comportamento do BNH abre caminho para que essa instituição manobre com as reivindicações dos conjuntos, que ficam sem condições de ter o apoio da imprensa para seus pedidos.

A situação atual dos despejos e as próximas medidas do BNH serão examinadas em nova assembléia, convocada para o dia 15 de julho próximo. Espera-se comparecimento maciço dos moradores de conjuntos.

Até lá, as comissões de moradores continuam seu trabalho: um levantamento completo da situação de cada um dos ocupantes das casas, através da aplicação de um questionário. Essa tarefa, além de permitir o conhecimento preciso da situação, também é motivo para aumentar o nível de organização dos conjuntos sob ameaça. As comissões estão organizando "mutirões" para fazer o cadastro.

Associações em defesa dos bairros

Em Taquara, 3.º Distrito de Duque de Caxias, os moradores se reuniram para encaminhar uma solução para os vários problemas do bairro. Lá falta esgoto, falta água, falta posto de saúde, não há nenhum telefone público e a luz elétrica que o bairro tem é tão fraca que não dá pra ligar dois aparelhos elétricos de uma vez. Além disso, as ruas não têm luz elétrica e os transportes públicos funcionam pessimamente. Mas uma coisa os moradores já conseguiram, depois de muita campanha e mobilização: um posto policial para garantir a segurança do bairro. Na última reunião que os moradores fizeram, no Centro Pró-Melhoramento de Taquara, foram criadas várias comissões para encaminhar a luta para melhorar a vida no bairro, entre elas a Comissão de Faixas, a Comissão de Relações Públicas e a Comissão de Coleta de Assinaturas.

Associação dos bairros reunidos

Em Nova Iguaçu também foi fundada a Associação dos Bairros Reunidos. O objetivo é a luta por melhores condições de vida dentro dos bairros. Uma das primeiras iniciativas da Associação já está em

andamento: é a construção, em mutirão, de ambulatórios onde um médico e um dentista vão atender aos moradores desse conjunto de bairros. A sede provisória da Associação é na Igreja Nossa Senhora da Conceição, na Rua Violeta Gifont.

Pilar

Outro bairro cujos moradores estão se mobilizando é Pilar, em Duque de Caxias. Os moradores estão fundando a Associação Amigos de Pilar e fizeram um memorial com 2 mil assinaturas, exigindo a realocação imediata das comportas do Rio Pilar e das bombas dos rios Pilar e Iguaçu e a dragagem do canal coletor na cintura dos rios Iguaçu e Pilar. Parte desse canal coletor foi enterrado pelo DNOS quando realizava uma obra para tirar uma curva do rio Iguaçu.

Por falta desses serviços de saneamento, as 16 comunidades e as propriedades rurais dessa bacia estão constantemente inundadas: mais de 200 casas são invadidas pelas águas da maré que entra e sai diariamente pela falta das comportas e as poucas lavouras estão se acabando. São 15 mil os moradores dessa bacia que estão às voltas com esse problema de saneamento e de inundação que vêm provocando estragos nas casas e doenças nas famílias.



A água é dos vivos

Venda Velha, bairro perto do centro de São João de Meriti, é hoje um exemplo marcante do descaso das autoridades para com a população. Desde os vereadores municipais até os mais altos escalões do Governo Federal, ninguém se mostra preocupado em atender, ao menos, as necessidades mínimas de uma população de 20 mil habitantes. Venda Velha está completamente abandonada. Falta água, falta esgotos, falta iluminação pública, falta calçamento, falta escolas, falta postos de saúde. E sobre abandonado. Como se não bastasse tudo isso, inventaram agora de construir o cemitério

numa das maiores áreas residenciais do local, trazendo o grande perigo de contaminação do lençol d'água localizado a poucos metros abaixo da superfície. Água que abastece toda a população do bairro. Segundo contrato firmado pela Funerária São João Batista, que monopoliza os serviços funerários de São João de Meriti, deveria ser feito um trabalho de rebaixamento do lençol d'água. E não fizeram. Na palavra do prefeito de São João, Celestino Cabral, a área deveria ser de, no mínimo, 75 mil metros quadrados. Sabem qual a área destinada? 33 mil metros quadrados.

Os moradores de Venda Velha já escreveram um abaixo-assinado de mais de 800 assinaturas, protestando contra a construção do cemitério.

Em manifestação realizada no dia 29 de abril, a população de Venda Velha reclamou do cemitério, mostrando que sabe exatamente o que quer. E no dia 2 de maio, o pessoal lotou o plenário da Câmara dos Vereadores para discutir o assunto.

Passagem mais barata na metade do caminho

Os moradores do Km 32 da estrada para Campo Grande, em Nova Iguaçu estão revoltados com o transporte da região. Eles pagam para percorrer uma distância curta o mesmo que

pagariam para percorrer a linha inteira. Já fizeram um abaixo-assinado pedindo às empresas de transportes para cobrar apenas a metade da passagem para quem fica na metade do caminho.

Meu coração está no Eden

O Bloco Carnavalesco Coração de Eden nasceu em novembro de 1971, por obra e graça de José Dias, Geraldino, Homezinho, Carlito e outros moradores do bairro. Eles arrumaram um terreno, limpam a areia e montaram a primeira bateria com caixa de isopor. "Foi difícil esse começo — diz José Dias — mas só a nossa vontade mantinha a certeza de que o Bloco iria crescer. Eu mesmo, nós fins de semana,

cimentava a quadra".

O primeiro desfile do bloco foi em Rocha Miranda. E se o bloco, com sua bateria de caixa de isopor, desfilou bonito na passarela, não é o que mais importa. Para o bairro, como diz José Dias, hoje com 77 anos, o importante é que "o único divertimento aqui no Eden é o nosso querido bloco. Com a ajuda de muitos amigos, o bloco não é uma ilusão do carnaval, mas realidade".

SERVE-BEM DROGARIA LIMITADA

VARIADO ESTOQUE DE
MEDICAMENTOS
E PERFUMARIAS
O MENOR PREÇO DO BAIRRO

*Faça-nos
uma
visita*

AV. DUQUE DE CAXIAS, 89 - CENTRO - CAXIAS

Tel. 771-7074

BAIXO ASTRAL

Professor Dementel



VIRGEM

23 de agosto a 22 de setembro

O inverno está chegando, pode desligar o ar condicionado. Como? Não pode? Não tem ar condicionado em sua casa? O salário não dá? Por quê? Não pergunte aos astros...
Dia de sorte: Quarta-feira. Se você é contínuo de escritório, então pode desligar o ar condicionado.

ESCORPIÃO

23 de outubro a 21 de novembro

Como este ano (nem nos outros) não tem eleição, seu voto continuará secreto. Tão secreto que vão continuar votando por você.

Dia de Sorte: Terça-feira. Já ouviu falar em sorte biônica?

SAGITÁRIO

22 de novembro a 21 de dezembro

Atenção, sagitário! As empresas de transportes coletivos, que exploram menores nos trabalhos clandestinos noturnos de lavagem de ônibus, estão de olho nos seus filhos.

Dia de Sorte: Sexta-feira. Nesse dia os carros estão mais sujos do que nunca.

CAPRICÓRNIO

22 de dezembro a 20 de janeiro

Os astros desconfiam que este mês não sobrará nenhum pro seu aluguel. Mas em compensação, faltarão pro Imposto Predial e Taxa de Lixo.

Dia de Sorte: Domingo. Não sobrará também pro futebol.

AQUÁRIO

21 de janeiro a 19 de fevereiro

Mesmo salário. Horas extras. Insalubridade. Falta de assistência médica. Ruas de lama. Aluguel caro. Prestações. Falta de esgoto. Falta escola... e você ainda consulta horóscopo?

Dia de sorte: Esqueça.

PEIXES

20 de fevereiro a 20 de março

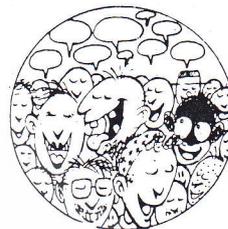
Você é sortudo, amigo. Nasceu no mês do carnaval. Tem todo ano 3 dias de cuica e 362 de britadeira, pra não perder o ritmo. Dia de sorte: Sexta-feira. Antes de pôr o bloco na rua, ponha a comida em casa.

CANTINHO DO CHORO

Já fiz de tudo, prof. Dementel, mas não entendo por que o salário do João não dá. (Esposa Afrita)
— Olha, esposa afrita, escreve pro Murilo Macedo. Se ele também não entender, ele pergunta pro Simonsen, que faz as continhas. Se ele não entender, ele vai perguntar pro Delfin, que pretende encher as panelas. Aliás, panelas eu não garanto, mas o saco do povo ele já encheu há muito tempo.

Prof. Dementel, por que os empresários não podem participar do Partido dos Trabalhadores? (Ministro Murilo Macedo)
— Meu caro Ministro Ingênuo, por que será que os trabalhadores não podem participar dos lucros dos empresários?

Povo fala



Quem consegue sair vivo, acha que está bom demais

Dona Maria, moradora de Nilópolis conta: "A falta de consciência em relação à saúde é incrível aqui na Baixada. Quer ver um exemplo? O dentista do INPS tem uma norma de só dar atestado quando a pessoa extrair um dente. Então, pra não perder o dia, o pessoal tem que extrair o dente. O dente pode estar bonzinho, mas ele pede para extrair pra não perder o dia. Já viu?"

Sua vizinha, Dona Aparecida, também tem seu caso pra contar e entra na conversa: "É uma coisa tão natural aqui na Baixada ser mal atendido em matéria de saúde, que o pessoal já nem liga. Tem uma amiga minha que teve nenê numa casa de saúde aqui em Nilópolis. Eu perguntei: "Como é, foi tudo bem?" Ela me disse: "Foi tudo bem, sim. Só que de noite a quantidade de baratas

que passava por cima da gente na cama era um absurdo. Mas foi tudo bem". Eu perguntei: "E na hora lá do parto?" "Ah, foi bem. Só que ninguém queria dar os pontos e ficou aquele jôgo de empurra danado e eu lá no meio, né? Mas foi tudo bem". E é assim, só de conseguir sair vivo, o pessoal já acha que foi bom demais. É questão de puericultura, de atendimento à criança, orientação pra alimentação dela durante o 1.º ano de vida, isso não existe. Você leva a criancinha lá pra ver como é que ela está crescendo e como deve ser a alimentação e os médicos riem na sua cara. A criança tem que estar doente mesmo, pra ter direito a ser vista por um médico. E aí ela, acaba voltando doente mesmo, com problemas de subnutrição, de diarreia, tudo isso.

Bãndido cobra pedágio

Dona Maria da Silva, do bairro do Parque União, no Lote Quinze, em Nova Iguaçu, denuncia: os moradores do bairro que, em sua maioria, trabalham na construção civil estão se mudando e passando a dormir nas obras por causa dos marginais que estão

cobrando "pedágio" no bairro. Quem não paga é assaltado e ameaçado de morte. Até as mudanças têm que ser feitas com escolta policial. Quem tenta sair do bairro sozinho com sua mudança é atacado pelos marginais. O que será que a polícia está fazendo a respeito disso, hein?

Domingo de Helizete não tem graça nenhuma

"Algumas vezes — diz Helizete Fonseca, 21 anos, casada, mãe de 2 filhos, moradora em Agostinho Porto, em São João de Meriti — eu deixo de sair porque as ruas ficam cheias de poeira, quando faz sol, e cheias de lamas, quando chove".

E no domingo, o divertimento de Helizete é arrumar a casa, visitar a madrinha e assistir a Sílvio Santos. Ao

cinema, Helizete não gosta de ir porque além de distante, é difícil encontrar um lugar, decente, sem pulgas e percevejos".

É por isso que Helizete diz que mesmo se "fosse pra pagar, eu pagaria pra ter aqui uma área de lazer igual à da Lagoa, onde já fui pessoalmente. Porque o pobre também precisa ser alegre e ter uma coisa boa para fazer nos domingos".

Rua sumiu, ninguém viu

Carlos Alberto Ribeiro, estudante, morador da Vila Rosali, São João, se queixa de um problema muito especial da Baixada: têm ruas cujos nomes foram trocados porque receberam verbas para serem asfaltadas. E não têm asfalto até hoje. Foi que aconteceu com a avenida Operária, que mudou de nome porque recebeu uma verba para ser asfaltada e não foi. Quem ficou com a verba, resolveu fazer a rua sumir. E se não é possível fazer a própria rua desaparecer, dá para trocar o nome dela. E assim a avenida Operária virou rua Darcy Vargas. O mesmo aconteceu em Morro Carrapato. O pessoal de lá se reuniu e foi à Prefeitura levar um abaixo-assinado porque a rua não tinha esgoto. Chegando lá, numa surpresa, no papel, a rua tinha esgoto e já estava até asfaltada.

São João:

tiroteio

diverte criança

"No meu bairro, Engenheiro Belford, São João do Meriti — conta Ronaldo, estudante, de 23 anos de idade — não há cinema, teatro e nenhuma área livre para se constituir um campo, um clube, ou qualquer outra atividade para os moradores se divertirem. Mas, de vez em quando, tem assalto, tiroteio — e mortes. É polícia contra marginal, ou é marginal contra marginal. A gente fica no meio disso tudo".

"Na Baixada Fluminense temos uma porção de problemas — lamenta Ronaldo — e se fossemos contar tudo, a conversa não terminava mais. Desde a sujeira das ruas sem rede de esgotos, falta d'água, falta de luz, até risco da gente andar no meio de tante marginal de um lado, e a polícia do outro".

"Meu sobrinho de 5 anos — diz o estudante — já assistiu dois homicídios. Certa vez foi um tiroteio entre dois bândidos. Outro crime era um corpo de mulher abandonado em terreno baldio. E o menino vibra. Quando a polícia chega, ele diz que é a SWAT. E torce. Quando é marginal contra marginal, o menino torce para o bandido que ele conhece, que o chama de amigo, ou de filho, quando o encontra brincando na rua. Na hora da batida policial, ou assalto ou tiroteio, as crianças fogem para dentro de casa e olham das frestas das janelas e portas. E assistem, emocionadas, mais um espetáculo como se fosse televisão a vivo. Ou, talvez, espectadores do mais um crime de morte".



ARREBITE



Meta: campanha 10 mil

Apesar da má vontade dos patrões, a campanha de sindicalização iniciada em março pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro tem avançado para alcançar o objetivo previsto de 10 mil novos sindicalizados. No final de maio já haviam se inscrito cerca de 4 mil novos membros.

O slogan da campanha é "Só a União Faz a Força" e foi decidida pelo Sindicato com o objetivo de fortalecer a entidade de classe dos metalúrgicos. Para isso a campanha se faz através da mobilização dentro das fábricas, para denunciar a falta de liberdade sindical e as condições de trabalho nas fábricas (insegurança, repressão, etc.). Finalmente, a campanha procura combater a visão assistencialista que muitos operários têm de sindicato, mostrando-lhes que este é um instrumento de luta e não uma agência do Ministério do Trabalho.

A campanha começou bastante tímida, por causa do medo, e muitas vezes foi preciso passar vários dias indo numa fábrica para convencer os companheiros a se sindicalizarem. O caso da metalúrgica Pomar, em Mesquita, foi típico. No primeiro dia ninguém foi sindicalizado, no segundo dia, apenas dois se inscreveram, mas no terceiro dia 30 operários entraram para o Sindicato. A Estamparia Real, até agora, foi a

fábrica onde se conseguiu um maior número de novos sindicalizados. Mais de 200 trabalhadores assinaram a ficha de inscrição e receberam o brinde que é entregue a todos os novos membros: um chaveiro com o selo do sindicato e a inscrição — "Sou um metalúrgico sindicalizado. Só a união faz a força".

Um exemplo da reação patronal à campanha foi a da metalúrgica Rhem, do Rio. No dia 16 de maio, quando quatro companheiros que faziam a campanha chegaram na porta da fábrica, às 17, 30 horas, para encontrar a saída de um turno e o começo de outro, e começaram a conversar sobre o assunto com os operários, chegaram vários camburões da 17 DP. O tenente que comandava a repressão disse que estavam ali porque "uma pessoa" havia denunciado que havia agitação na frente da fábrica, tumultuando o ambiente. Na verdade, o que tumultuou o ambiente foi a presença da polícia. Os quatro companheiros foram detidos, embora logo liberados.

No entanto, isto não assustou a comissão de sindicalizados. Uma semana depois voltava à mesma fábrica, depois que o presidente do Sindicato, Oswaldo Pimentel, teve um encontro com um dos diretores da fábrica, que permitiu a entrada da comissão na empresa.

DIEESE Mulher não tem proteção chega ao Rio

O movimento sindical do Rio de Janeiro está se unindo para criar aqui uma delegacia regional do DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Com isso se espera que os sindicatos possam ter uma assessoria melhor para discutir com os patrões por ocasião dos movimentos reivindicatórios, uma vez que o DIEESE levanta os dados necessários para comprovar as necessidades dos trabalhadores.

Os trabalhadores esperam que o corpo técnico do DIEESE, isto é, o pessoal especializado que faz os levantamentos, esteja integrado por elementos capazes e dispostos a fazer um trabalho correto para o desenvolvimento da luta sindical.

A Consolidação das Leis de Trabalho — CLT é cheia de artigos para "proteger" o trabalhador. O chato é que sempre aparecem as exceções. De exceção em exceção, a proteção termina.

Isso é o que acontece com o trabalho das mulheres. O III capítulo da CLT, que trata da "Produção do Trabalho da Mulher", proíbe seu trabalho noturno. A justificativa é de que este é mais penoso para o organismo humano: as horas do dia não são as mais adequadas para o descanso e a noite exige maior esforço e atenção por parte do trabalhador.

Apesar disso, a CLT autoriza as mulheres a trabalharem de noite em empresas de telefonia, radiotelegrafia, serviços de saúde, casas de diversão, hotéis, restaurantes, bares, estabelecimentos de ensino, indústrias de manufaturados de couro, serviços de processamento de dados, etc.

Além do mais, os "motivos de força maior" sempre abrem caminho para os abusos.

Isto é, a CLT proíbe por um lado e permite que os patrões "legalizem" os abusos, pelo outro. Em vez de solucionar os problemas das mulheres, como a instalação de creches e acabar de uma vez com a discriminação da mulher nas diferentes profissões, existe hoje um projeto de lei permitindo o trabalho feminino noturno, sem exceções.

A lei tem sido combatida porque é um retrocesso nos direitos já adquiridos pelas mulheres trabalhadoras, que reivindicam tratamento igualitário no plano jurídico e social. Essa igualdade não quer dizer que estejam dispostas a se deixar explorar mais. Pelo contrário, se colocam ao lado do homem para melhorar as condições de trabalho de ambos.

CHICO BÉ



AS MOÇAS que trabalham como coletoras e selecionadoras de ovos e pintos da Granja Guanabara, em Caxias, estão fazendo um apelo, via Jornal da Baixada, via Chico Bé (o repórter do povo!), para que a citada granja venha a manejar um pouco com a desmedida exploração a que vem submetendo as trabalhadoras. Estão trabalhando sem um dia de folga sequer. Trabalharam, inclusive, no 1º de maio. As moças lidam durante a extensiva e mal paga jornada de trabalho com material alergizante, sem nenhum material protetor preventivo, como máscaras ou luvas. O apelo à granja que está enriquecendo às custas da saúde de suas funcionárias, é assim enumerado: 1º) Folga uma vez por semana. 2º) Folga obrigatória nos feriados, sem descontos. 3º) Fornecimento gratuito pela empresa de máscaras e luvas para o trabalho com

o material alergizante (bombril, palha-de-aço, formol etc.).

A DELEGACIA SINDICAL do Sindicato dos Metalúrgicos de Nova Iguaçu, visitou a Indústria Pomar (330 operários, sendo na sua maioria mulheres e menores), localizada em Mesquita, para distribuir o jornal feminino "Direito da Mulher". Quando o delegado sindical deu as costas, o senhor Albano, gerente da Indústria, conhecido por não permitir que nenhum operário de sua fábrica filiasse ao sindicato, teve a ousadia e a malícia de colocar um cartaz nas dependências do local de trabalho, avisando que quem estivesse interessado em se sindicalizar fosse falar com ele, afirmando que resolveria o problema. Sacaram a armadilha? Isso mesmo. Quem teve a infeliz idéia de ir consultar o maldoso Albano foi parar no olho da rua. Em seguida, o notório puxa-saco

começou a espalhar pelos corredores da fábrica que o delegado sindical tinha ido ali só para fazer agitação política. E, como se não bastasse, proibiu os funcionários de circularem pelo trabalho carregando a publicação do sindicato. Outra coisa: ninguém pode trabalhar no Pomar (Pomar dos Tiranos), com cabelos grandes ou barba por fazer. Os trabalhadores têm comunicado ao Sindicato que às vezes não fazem cabelo nem barba por falta de dinheiro. De "seu" Albano em "seu" Albano, de puxa-saco em puxa-saco, os patrões exploradores vão se dando cada vez melhor.

ATENÇÃO METALÚRGICOS de Nova Iguaçu (Edson Passos, Mesquita, Belford Roxo, Santa Rita, etc): todas as primeiras quartas-feiras de cada mês tem reunião na Delegacia Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Nova Iguaçu, para endossar a luta e discutir os problemas da classe.

DEZ trabalhadores da Ishikawagima-Ishibras foram demitidos em meados do

mês de maio, porque abriram processo contra a firma para conseguirem adicional de insalubridade. Já virou praxe naquela empresa o fato de trabalhadores serem demitidos por reclamarem adicional, apesar de trabalharem com raios ultravioletas. Os demitidos nem sequer chegam ao Ministério do Trabalho, pois são ameaçados dentro da própria fábrica pelos chefes puxa-sacos.

AS ENFERMEIRAS DO PRONTONIL, pelo que estou sabendo, estão enfrentando uma barra muito pesada. Apesar de terem exigido delas um certo grau de especialização, ganham salário mínimo, não recebem adicional de insalubridade, nem outros direitos previstos pela CLT. Geralmente uma enfermeira do Prontonil toma conta de uma enfermaria com 20 pacientes, quando o máximo recomendado pela Organização Mundial de Saúde é de 6 pacientes para cada enfermeira. É estabelecido entrada no trabalho às 6 horas e saída às 14 horas. Só que elas acabam trabalhando até 16, 18 horas,

sem receberem um minuto de hora extra. Não contando com as condições de trabalho que são péssimas, faltando até mesmo os chamados remédios de emergência. Estou falando tudo isso para transmitir a todas as enfermeiras da Baixada Fluminense o convite de uma colega de vocês, para participarem das reuniões do Sindicato das Enfermeiras, onde poderão debater todos esses problemas e irregularidades, colocando em dia os direitos de vocês que estão sendo negados.

QUERO AVISAR à Fábrica Zanari, que está com falência decretada pela Justiça, que têm 500 processos na Junta de Nova Iguaçu, mas que mesmo assim continua vendendo sucatas e maquinárias, que está na hora de pagar os dois anos de salário atrasados aos seus 90 operários. Os trabalhadores são pais de famílias, e não têm nada que ver com as trapacas que culminaram com o decreto de falência dos senhores empresários.

Infelizmente, está acabando o espaço. As queixas são tantas que não dá pra publicar todas numa só edição. Cartas para Chico Bé.